

**Série 200 anos da Independência:
Emissão Conjunta Brasil - Portugal - Bicentenário da Independência do Brasil**

Em 7 de setembro de 2022, o Brasil comemorou o Bicentenário da sua Independência, e a Filatelia, em sua missão de eternizar em selos postais a cultura e a história de um país, apresenta dois projetos especiais, com variados estilos que demonstram a riqueza cultural e as diversas concepções artísticas para as homenagens aos 200 anos da soberania brasileira.

Desde 2017, o primeiro projeto em parceria com a Câmara Federal, iniciou nossa contagem progressiva para a grandiosa celebração. O primeiro selo foi em homenagem ao “Bicentenário da vinda de Dona Leopoldina ao Brasil”. Em 2018, foi a vez do “Bicentenário da Aclamação de D. João VI”; em 2019, o motivo foi o “Bicentenário do retorno de José Bonifácio ao Brasil”; em 2020, o “Bicentenário da Revolução do Porto”; em 2021, o “Bicentenário das Cortes de Lisboa” e, finalizando em 2022, com destaque para o grande acontecimento, o selo do “Bicentenário da Independência”.

No segundo projeto, essa homenagem dos Correios aconteceu ao longo de 2022, e teve como objetivo mostrar visualmente que a independência passou por diversas expressões no território brasileiro, havendo uma multiplicidade de ações e projetos políticos. Foram abordados artisticamente personagens que não compõem o rol de heróis famosos, mas que igualmente participaram ativamente em prol da independência do Brasil, assim como movimentos populares que ocorreram em várias partes do país pela autonomia brasileira.

Nesse contexto, iniciamos a segunda série comemorativa com a emissão da “Marca Oficial do Bicentenário da Independência”, e posteriormente com a emissão “Movimentos Populares”, seguido por “Personalidades” e a “Presença dos Correios no Bicentenário”.

Além desses, foram incluídas outras emissões que celebraram o centenário neste ano, por terem marcado as comemorações da Independência, em 1922. Sendo eles “Centenário da Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul” e a emissão “Centenário do Rádio no Brasil”.

Com essa iniciativa, chegamos até aqui certos de que a Filatelia Brasileira está mais enriquecida e preparada para novos empreendimentos, cumprindo sua tarefa de honrar e promover os seus significados pátrios, bem como ratificar a grandiosidade do patrimônio do nosso país para o mundo.

SÉRIE 200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: EMISSÃO CONJUNTA BRASIL - PORTUGAL

Artista do selo: Ely Borges e Isabel Flecha de Lima

Tiragem: 8.000 estampas (96.000 selos)

Folha com 12 selos

Processo de Impressão: Ofsete, quadricromia.

Papel: couchê gomado

Folha com 08 selos

Valor facial: R\$ 2,60

Local de lançamento: a definir

Valor facial: R\$ 2,60

Código de comercialização: 852013558

ANOS ANTERIORES:

2017 - Bicentenário da vinda de D. Leopoldina

Esta emissão é a primeira de uma série de seis, denominada Brasil, 200 anos de Independência, uma parceria entre a Câmara dos Deputados e os Correios, iniciando-se em 2017, com o bicentenário da vinda de Dona Leopoldina, que se estenderá até 2022, com a comemoração dos 200 anos da Proclamação da Independência. Na parte superior do selo a inscrição Brasil, 200 anos de Independência e o uso das cores de um nascer do sol identificam o alvorecer de uma nação. A seguir, a imagem da nau D. João VI, navio de construção sofisticada, que em 1817 trouxe a Princesa ao Rio de Janeiro, em aquarela de Franz Joseph Frühbeck.



Abaixo, o retrato da Princesa Leopoldina, gravura feita por Jean F. Baddoureau a partir da obra do artista Jules A. Vauthier, mostra toda sua jovialidade na época da viagem de vinda ao Brasil. Por último, sua assinatura, já com a adoção do nome Maria Leopoldina, em homenagem à nova Pátria. A folha dos selos traz uma vinheta identificando a emissão Série Relações Diplomáticas Brasil Áustria, o Bicentenário da Vinda da Princesa e a efigie de D^a. Maria Leopoldina. Foram utilizados recursos de tinta calcográfica e computação gráfica.

2018 - Bicentenário de Aclamação de D. João VI

Esta emissão é a segunda de uma série de seis, denominada "Brasil, 200 anos de Independência", uma parceria entre a Câmara dos Deputados e os Correios, iniciando-se em 2017 e que se estenderá até 2022, com a comemoração dos 200 anos da Proclamação da Independência. Na parte superior do selo a inscrição "Brasil, 200 anos de Independência" e o uso das cores de um nascer do sol identificam o alvorecer de uma nação. A seguir, a imagem de D. João VI na pintura de José



Leandro de Carvalho do acervo do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, e abaixo a inscrição "D. João VI." Foram utilizados recursos de tinta calcográfica e computação gráfica.

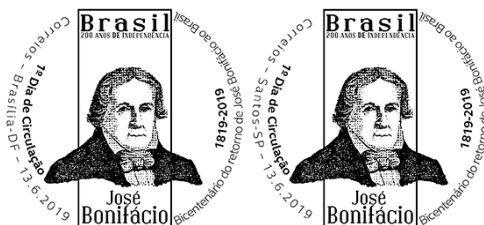
2019 - Bicentenário do retorno de José Bonifácio ao Brasil

Esta emissão é a terceira de uma série de seis, denominada "Brasil, 200 anos de Independência", uma parceria entre a Câmara dos Deputados e os Correios que iniciou-se em 2017 e estenderá até 2022, com a comemoração dos 200 anos de Proclamação da Independência.

Na parte superior do selo a inscrição "Brasil, 200 anos de Independência" e o uso das cores de um nascer do sol identificam o alvorecer de uma nação.



A seguir, o retrato de José Bonifácio de Andrada e Silva, em litografia de S. A. Sisson, constante do livro "Galeria dos brasileiros ilustres (os contemporâneos): retratos dos homens mais ilustres do Brasil na política, ciências e letras, desde a guerra da independência até os nossos dias: copiados do natural e lithographados por S.A. Sisson, acompanhados das suas respectivas biographias, publicada sob a proteção de sua Magestade o Imperador", de 1861, do acervo da Seção de Obras Raras do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. O retrato recebeu uma colorização para se adaptar à perceptiva dos selos anteriores. Foi utilizado o recurso de computação gráfica.



2020 - Bicentenário da Revolução Constitucionalista



Esta emissão é a quarta de uma série de seis, denominada "Brasil, 200 anos de Independência", uma parceria entre a Câmara dos Deputados e os Correios que se iniciou em 2017 e estenderá até 2022, com a comemoração dos 200 anos da Independência. Na parte superior do selo a inscrição "Brasil, 200 anos de Independência". A seguir, a gravura de Constantino Fontes "Constituição Portuguesa (alegoria)", que faz parte do Acervo da Sociedade Martins Sarmento, Portugal. Nesta obra, é possível ver a representação do dia 24 de agosto de 1820, quando houve o pronunciamento militar na cidade do Porto que culminou na formação da "Junta Provisional do Governo do Reino". A gravura recebeu uma colorização para se adaptar à perceptiva dos selos anteriores. Foi utilizado o recurso de computação gráfica.

2021 - O Brasil nas Cortes de Lisboa



2022

Na historiografia da Independência, a participação popular sempre esteve na mira de muitos tentos e importantes historiadores que, no entanto, quase sempre se constituíram em vozes minoritárias. José Honório Rodrigues, por exemplo, na década de 1970 dedicou significativas páginas de sua vasta obra, *Independência: revolução e contra-revolução*, ao tema da participação popular. Anos depois, o crescimento dos estudos focados na escravidão negra, na história indígena e no campo do direito foram ativos revisores do tema, dando-lhe novas dimensões. Atualmente, os estudos sobre a Independência estão mais ávidos do que nunca de prosseguir nessa trajetória.



E assim, a iniciativa da Empresa Brasileira de Correios, de evocar e homenagear a participação popular na Independência do Brasil por meio de um selo se constitui em um destacado marco do Bicentennial de 2022, oferecendo aos brasileiros um excelente pretexto para que este Bicentennial de tão importante acontecimento seja, mais do que um manancial de festejos, um

convite ao conhecimento e ao entendimento de seu país, de sua história e do lugar em que, neles, cada um de nós ocupa.



Na participação dos deputados brasileiros nas Cortes de Lisboa é possível vermos não apenas o aprendizado do funcionamento parlamentar, mas também o início do sentimento de solidariedade entre as diversas capitanias brasileiras e a evolução do sentimento de irreversibilidade da desagregação da monarquia lusitana. Note-se que todos os parlamentares propugnaram, enquanto foi possível, pela manutenção dos vínculos políticos com Portugal e a custo foram se convencendo da impossibilidade de estes serem mantidos. Epítome de tal evolução política pode ser encontrada na célebre frase, pronunciada em plenário pelo deputado Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que nascido em Portugal, representava São Paulo:



Em 1922, no momento das comemorações do Centenário da Independência, os laços entre Brasil e Portugal foram estreitados a partir de um notável feito empreendido por dois ases da aviação portuguesa, Artur de Sacadura Freire Cabral e Carlos Viegas Gago Coutinho, que, aliando conhecimento técnico com uma dose elevada de destemor, realizaram a Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul.

Em reconhecimento e homenagem pelo feito em prol da aviação mundial, que neste ano de 2022 completa cem anos, os Correios, em parceria com o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER) e Museu Aeroespacial (MUSAL), apresenta ao público o selo comemorativo do “Centenário da 1ª Travessia Aérea do Atlântico Sul” (1922-2022) juntamente com um pequeno texto narrando a façanha dos aviadores que uniram os sentimentos das duas nações em uma única expectativa: o reide Lisboa-Rio de Janeiro. Convidamos o público a tomar assento e seguir viagem pelos céus do Atlântico Sul, a bordo do hidroavião modelo Fairey F III-D, que decolou de Lisboa e amerrissou, após alguns percalços e trocas de aeronaves, na Baía de Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro. Enfrentando as adversidades de uma rota desconhecida, os heroicos aviadores atravessaram uma grande extensão do Atlântico Sul, nunca antes sobrevoada, recriando a “epopeia” das caravelas de Pedro Álvares Cabral.

A Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul realizou-se no período de 30 de março a 17 de junho de 1922. Constituiu um importante e inusitado acontecimento e um memorável marco histórico

nos anais da navegação aérea, em nível mundial. Ademais, no ano de 1922, comemorava-se o Centenário da Independência do Brasil, excelente ocasião para realizar o inolvidável voo ligando Lisboa ao Rio de Janeiro, então Capital do Brasil.

Na época desse projeto, poucas viagens dessa magnitude, sobre o mar, haviam sido realizadas. Entretanto, foi possível colher experiências e sugestões sobre as máquinas empregadas e, sobretudo, sobre os processos de navegação aérea utilizados. Até então, somente haviam sido realizadas: a travessia do Mediterrâneo França-Argélia, pelos franceses; a travessia do Atlântico Norte, pelos americanos; e a travessia da Terra Nova à Islândia, pelos ingleses.

No dia 30 de março de 1922, às 7h, depois de uma corrida de 15 segundos sobre as águas do Rio Tejo, em frente à histórica Torre de Belém, o piloto Sacadura Cabral (1881- 1924) e o navegador Gago Coutinho (1869 - 1959), a bordo do hidroavião monomotor Fairey F III-D de 350cv, batizado com o nome de “Lusitânia”, decolaram para a grande aventura. Os destemidos aviadores percorreram parte da viagem realizando as seguintes escalas: Las Palmas, Gando, São Vicente e São Tiago. A partir de então, teve início o maior desafio da Travessia, com uma maior distância a vencer, até o território brasileiro.

Em 18 de abril, tudo estava a postos para que viesse a ser efetuada a primeira ligação aérea Portugal - Brasil, cuja primeira parada seria o Penedo de São Pedro, localizado dentro de águas territoriais brasileiras. Às 5h 55min, o “Lusitânia” decolou levando em seus depósitos 255 galões de gasolina. Às 8h, após duas horas da partida, o piloto constatou que os 195 galões de gasolina que lhe restavam nos tanques apenas lhe proporcionariam voar por 10 horas.

Às 17 horas, avistaram o Penedo de São Pedro e, a seguir, o navio “República” que lhes davam cobertura na arriscada aventura. A partir daí, tomaram proa diretamente ao navio para amarem próximo dele e não contabilizavam, nesse momento, mais de dois ou três litros de gasolina no tanque.

Havia o projeto de desembarcar o aparelho em pleno mar, junto ao Penedo de São Pedro e, assim, a Travessia não sofreria interrupção no seu itinerário previamente estabelecido; todavia, quando o navio chegou próximo do Penedo, verificou-se a impossibilidade de um desembarque em boas condições. Ficou, pois, assente que o hidroavião seria desembarcado em Fernando de Noronha e os aviadores viriam a fazer o percurso: Fernando de Noronha - Penedo de São Pedro - Fernando de Noronha; e largar dali para a costa brasileira, completando, assim, o trecho que deixara de ser preenchido.

Entretanto, um novo infortúnio veio a acontecer. Após sobrevoarem os Penedos para reiniciarem a viagem, foram obrigados a amerissar em emergência e ficaram nove horas como náufragos, temendo pela própria vida, antes de serem salvos por um cargueiro inglês.

Apesar de todos os contratemplos sofridos pelos bravos aeronautas portugueses, o entusiasmo, tanto em Portugal como no Brasil, não arrefeceu o ânimo, antes pelo contrário. O Governo português resolveu imediatamente mandar seguir para Fernando de Noronha o último “Fairey” que a Aviação Naval possuía. O hidroavião chegou à ilha brasileira no dia 2 de junho a bordo do cruzador português “Carvalho Araújo”.

Os aviadores decolaram de Fernando de Noronha para Recife (capital do estado de Pernambuco), em 5 de junho, e, às 11h 40min, avistaram o litoral nordeste do Brasil. Às 13h30min, amerissaram em águas brasileiras do Recife, tendo percorrido as 300 milhas em 4h30min de voo a uma velocidade média de 67 mph. Estava completada, assim, a Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul. A glória foi conquistada por Portugal, pois foi o primeiro país a realizar essa Travessia utilizando métodos e instrumentos criados, pelos portugueses, para Decolando de Recife fizeram escalas em Salvador e Porto Seguro (estado da Bahia), Vitória (estado do Espírito Santo), e, finalmente, amerissaram nas águas da Baía de Guanabara (Rio de Janeiro), no dia 17 de junho, às 17h 32min.

Texto extraído e adaptado do livro “A Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul”, de autoria do Coronel Aviador Manuel Cambeses Júnior, publicado pelo Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica - INCAER



O médico baiano Cipriano Barata, entusiasta nacionalista, esteve presente nas Cortes de Lisboa. O revolucionário Frei Caneca foi líder da Revolução Pernambucana de 1817 e de outros movimentos. O militar afrodescendente Pedro Pedroso teve seu leal exército ao seu lado contra os monarquistas. A heroína da Pátria, Maria Quitéria, foi figura feminina de enorme importância na Guerra da Independência. Os próximos parágrafos resumem a biografia de cada um deles.

Frei Caneca

Nascido no Recife a 20 de agosto de 1779 e filho da pernambucana Francisca Alexandrina de Siqueira, Joaquim da Silva Rabelo tomou o hábito carmelita em 1796, tornando-se, a partir daí, Joaquim do Amor Divino. Depois acresce “Caneca” ao seu nome em referência ao ofício do pai, o tanoeiro português Domingos da Silva Rabelo. Ordena-se frade em 1801 e em 1803 torna-se professor de retórica, geometria e filosofia. Sua militância política inicia-se na revolução de 1817: naquela ocasião exerce papel de conselheiro do exército republicano. Com a queda do governo provisório, é preso e enviado à Bahia, onde permanece detido até 1821. De volta ao Recife, ajuda a eleger a primeira junta de governo constitucional, e em fins de 1822 revela entusiasmo com a aclamação de D. Pedro como imperador do Brasil. Contudo, ao longo de 1823 mostra-se desiludido com o imperador em decorrência da nomeação de Manoel Paes Barreto como presidente da província de Pernambuco e, sobretudo, em virtude do fechamento da Assembleia Constituinte. Caneca acredita, pois, que sem um pacto garantido por uma assembleia livre e soberana jamais se poderia fundar a nova nação no Brasil. Por essa razão começa a redigir o jornal *Typhis Pernambucano*, tornando-se, ao mesmo tempo, ideólogo da Confederação do Equador, movimento de resistência ao governo imperial que eclode no Recife em julho de 1824. Atuando também como

membro de tropas durante este movimento político, Frei Caneca participa de combates no Recife e no interior da província. Contudo, é preso e condenado à pena capital, sendo executado a 13 de janeiro de 1825.

Pedro da Silva Pedroso

Nascido em 1770 no Recife, Pedro da Silva Pedroso, foi um afrodescendente “pardo” que serviu nas tropas de primeira linha. Assentou praça de soldado em fins do século XVIII e em 1816 tornou-se capitão do regimento de artilharia. Durante a revolução de 1817, Pedroso teve papel de relevo no plano militar e no plano político, mormente na vitória do de republicanos sobre monarquistas constitucionais. Ao final da república, foi encarcerado e enviado à Bahia e, depois, a Lisboa. Em abril de 1822 obtém perdão das Cortes Constituintes e retorna a Pernambuco. Dias depois, participa diretamente da deposição da primeira junta de governo e é feito Governador das Armas da província pela junta seguinte, a dos Matutos. Suas atitudes temerárias, porém, levam à sua demissão em janeiro de 1823, o que deu ensejo à *Pedrosada*: a insurreição das milícias e das tropas de linha leais a Pedroso que, em fevereiro de 1823, governam a província durante uma semana. Ao final do evento, Pedroso é enviado preso ao Rio de Janeiro e em julho de 1823 pede clemência a D. Pedro I. Este lhe concede liberdade, mas, em troca, requer seu concurso para debelar a Confederação do Equador. Derrotado este movimento, Pedroso retira-se definitivamente para o Rio de Janeiro. Ali, depois, entre 6 e 7 de abril de 1831, é um dos militares que pernoita no Campo da Honra para receber a carta de abdicação de Pedro I. Pedro da Silva Pedroso falece no Rio de Janeiro em 1849, aos 79 anos de idade.

Cipriano Barata

Nascido em Salvador a 26 de setembro de 1762, Cipriano José Barata de Almeida foi um publicista e político da era da independência. Filho do militar português Raimundo Nunes Barata e de sua esposa, a baiana Luiza Josefa Xavier, matricula-se como aluno na Universidade de Coimbra em 1786. Em 1790 recebe diplomas de habilitação em Medicina, Matemática e Filosofia. Em 1788 é acusado de heresia e pela mesma razão é denunciado de proferir “pregações incendiárias”. Em 1798 é preso em decorrência de seu envolvimento com a Conjuração dos Alfaiates. Embora residisse na Bahia, Barata é implicado na revolução pernambucana de 1817. Em 1820, é eleito deputado por sua província para as Cortes de Lisboa e, desde então, torna-se ardoroso defensor do constitucionalismo. Em 1823 inicia a publicação do jornal *Sentinela da Liberdade* e é preso sem razão convincente por D. Pedro I. Solto apenas em 1830, reinicia a publicação de seu jornal, mas em 1831 volta a ser preso em diferentes províncias do império sob a acusação de “haitianismo”. Finalmente livre em 1834, Barata passa a migrar constantemente, ao passo que sua saúde se

deteriora. Vive no Recife (1834), depois na Paraíba (1836) e, finalmente, no Rio Grande do Norte (1837). Retirado da política e do publicismo, e dedicado a lecionar Francês e a exercer a Medicina, Cipriano Barata falece em Natal a 1º de junho de 1838.

Maria Quitéria

Nascida em 1792 e filha dos sitiantes Gonçalo Alves de Almeida e Quitéria Maria de Jesus, Maria Quitéria de Jesus foi uma militar baiana que atuou na guerra que, naquela província, teve lugar no contexto da independência. Sabe-se pouco sobre sua vida pregressa. Em 1821, dribla as oposições no meio militar ao seu sexo e alista-se nos exércitos mercenários contratados por D. Pedro I para impor o projeto de independência na província baiana. Maria Quitéria distingue-se nos combates, recebendo nomeações e reconhecimento do mercenário francês Pierre Labatut (1776-1849), de seu auxiliar, José Joaquim de Lima e Silva (1787-1855) e do próprio Imperador D. Pedro I, que lhe concede soldo vitalício de alferes e um hábito da Imperial Ordem do Cruzeiro. Maria Quitéria falece em Salvador a 1º de agosto de 1853.



Centenário do Rádio no Brasil Em 1922 aconteceu, no Rio de Janeiro, capital federal, as celebrações pelo centenário da Independência do Brasil. Festividades que ocorreram de 7 de setembro daquele ano até 24 de julho de 1923. Para marcar a data, a cidade passou por grandes obras. O Morro do Castelo foi aterrado, criando uma extensa área sobre o que antes era mar. Surgiram dezenas de pavilhões, que enalteciam a indústria brasileira, o comércio, a agricultura, as grandes invenções e as nações amigas ao Brasil. Tudo compunha a grande Exposição do Centenário. Um modelo igual ao das gigantescas exposições mundiais. O Brasil, na ocasião, demonstrou a seu povo e à comunidade internacional seu potencial. Na exposição promoveu invenções, como aquela, que necessitou a montagem estações transmissoras - como as do Morro do Corcovado, antes só telegráfica, e a da Praia Vermelha. Foram implantadas para demonstração do uso de som e voz a grandes distâncias, com antenas repetidoras na região serrana fluminense e em São Paulo. A ideia era mostrar um avanço tecnológico capaz de fazer transmissões, propagadas pelo ar, sem uso de fios. Algumas ocorreram ao longo do dia 7 de setembro de 1922,

como a da área dos pavilhões, com o Presidente Epitácio Pessoa discursando ao povo. Assim como a introdução da ópera “O Guarani”, de Carlos Gomes, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, ainda naquele dia. Eram transmissões cheias de ruídos, que necessitavam de aperfeiçoamento. Foi uma verdadeira descoberta aos olhos dos que ali visitavam a feira e arredores, ouvindo a transmissão. Assim, oficialmente nascia o rádio no Brasil, em 7 de setembro de 1922, com a transmissão, à distância e sem fios. Roquette Pinto (1884-1954), professor, médico, diretor do Museu Nacional e antropólogo, parceiro de Cândido Rondon, pesquisava a radioeletricidade para fins fisiológicos, acompanhava tudo e, entusiasmado com as transmissões, convenceu a Academia Brasileira de Ciências a patrocinar a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que viria a ser a PRA-2. A rádio só começou a operar, no entanto, em 30 de abril de 1923, com um transmissor doado pela Casa Pekin, de Buenos Aires, instalado na Escola Politécnica, na então capital federal, Rio de Janeiro. Sua ferrenha defesa do rádio educativo fez com que em 1936 doasse sua emissora ao Ministério da Educação e Cultura, sendo hoje a Rádio MEC. Ele também criou, em 1934, a Rádio Escola do Rio de Janeiro, que hoje leva seu nome: Rádio Roquette-Pinto. Aos poucos, o Brasil acreditou na criação de um veículo que pudesse propagar informações, em sua maioria de caráter socioeducativo, baseado no sistema de clubes ou sociedades civis, que mantinham tais emissoras. Foram criadas estações, como a Rádio Educadora Paulista, em São Paulo, a Rádio Clube Paranaense, em Curitiba, e outras, como a Rádio Clube de Pernambuco, de Recife, se reorganizaram com um modelo diferente da radiotelegrafia. Aos poucos outros Estados aderiram à nova concepção. Nos anos 1930, durante o Governo do Presidente Getúlio Vargas, permitiram ao rádio maior investimento e progresso. Das ondas curtas às ondas médias, depois à amplitude modulada (AM), chegamos a “Era do Rádio”. Emissoras, como a Nacional do Rio de Janeiro, foi ouvida por todo país, com seus cantores se tornando ídolos. Surgiram as Rainhas do Rádio e o futebol virou paixão nacional. Radionovelas, como “Em Busca da Felicidade”, “Fatalidade” e “O Direito de Nascer” viraram referência. Grandes redes surgiram, como as Unidas, as Associadas e a Cadeia Verde-Amarela. O jornalismo ganhou tradição com o antológico “Repórter Esso”. Em 1935, surge o programa A Voz do Brasil, inicialmente com o nome de Programa Nacional que, em 1938, passou a ter transmissão obrigatória com horário fixo das 19 às 20h, e o nome alterado para A Hora do Brasil. Foi em 1962 que o programa passou a se chamar A Voz do Brasil. É o programa de rádio mais antigo do país e do hemisfério sul ainda em transmissão. [Em 1950, a TV chegou ao Brasil e o rádio teve de encontrar novo caminho, uma vez que gradativamente passou a dividir a atenção com o novo meio. Em 1955, Anna Houry, criou a primeira emissora em FM, a Rádio Imprensa. A música ganhou mais espaço, dos calouros de Ary Barroso e Chacrinha, à animação de Big Boy e a “Jovem Guarda”. Fomos da Bossa Nova à “Era Disco”. Em 1962, nasceu a ABERT - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e o setor de radiodifusão ganhou maior representatividade. Em 1966 foi inaugurada a Rádio Tropical FM, de Manaus, sendo a primeira rádio do Brasil e da América do Sul a operar em FM estéreo. Em 1967, foi criado o Ministério das Comunicações Nos anos 1980, grande número de outorgas foram concedidas a todos os cantos do Brasil, o que permitiu a expansão e o desenvolvimento da radiodifusão regional. O rádio reforçou ainda mais sua identidade com a população. Na década de 90, a proliferação de redes nacionais e regionais de radiodifusão, propiciou maior espaço até à segmentação de conteúdo de uma programação. Nessa década, ainda, ocorreu a criação da Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, o que foi um marco para o setor. Nos anos 1990, também, entrou em debate a flexibilização do horário do programa “A Voz do Brasil”, o surgimento dos primeiros sites de rádios brasileiras, o que na virada do século torna-se esteio para criação de outros tipos de conteúdo: web rádios, rádios convencionais com transmissão via streaming e podcasts. E-mails e, posteriormente, as redes sociais. Em 1999, foi fundada a ABRATEL - Associação Brasileira de Rádio e Televisão com a missão de defender a radiodifusão no Brasil. São mais de 20 anos de trabalho voltados para a valorização do serviço de comunicação mais abrangente do país. Em seguida, no ano de 2003, foi criada a ASTRAL - Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas, que congrega as rádios e televisões mantidas pelo Poder Legislativo das esferas federal, estadual e municipal e tem com o objetivo realizar intercâmbio técnico e troca de experiências; o estímulo à criação e funcionamento das rádios e televisões legislativas. Recentemente, políticas públicas

permitiram que a população pudesse escutar rádio por meio do celular, via chip FM. Permitiram também a criação do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal (RTR), que propicia que os sinais de emissoras de FM, instaladas nas capitais dos estados que compõem a Amazônia Legal, sejam retransmitidos para quaisquer municípios do mesmo estado, podendo haver inserção de conteúdo gerado localmente em parte do tempo. Essas políticas contribuem para a expansão do sinal de rádio levando informação, entretenimento e cultura a locais antes desassistidos de sinal radiofônico. O rádio ganhou imagens: fomos das câmeras transmitindo bastidores dos estúdios às plataformas de streaming. Hoje, novas diretrizes permeiam a radiofonia. No analógico, a expansão do espectro de FM e a criação da faixa estendida, dando melhor qualidade às emissoras que antes eram de AM. A Em vista dos avanços tecnológicos, a profissionalização do meio, com a implantação de um rádio apoiado por dados, com maiores possibilidades interativas com o público, também ganha destaque. Das emissoras locais fomos às grandes redes via satélite, como Band, Jovem Pan, CBN, Transamérica e outras. A prestação de serviço, com o imediatismo do rádio, ganhou mais espaço. O esporte só cresceu, com a sua eloquente locução, cheia de emoção no rádio. Hoje até o humor se casou com o esporte. Atualmente, a Internet apoia e dá novos rumos. O rádio segue se reinventando. Ter 100 anos não é sinônimo de ser ultrapassado. O rádio continua sendo, democraticamente, o meio que nos acompanha a todos lugares! Nesses cem anos, o rádio no Brasil se expandiu através de sua capacidade de unir a credibilidade e o dinamismo do online, alcançando a marca de mais de 9.000 emissoras e sendo ouvido por mais de 80% da população.

A arte retrata quatro personalidades heróicas das lutas pela independência. No céu, Cipriano Barata e Frei Caneca, bons jornalistas e formadores de opinião, bradam suas ideias e espalham seus panfletos como nuvens, em meio à revoada de pássaros. Abaixo, no solo, o comandante negro Pedro Pedroso e a mulher que se travestiu de soldado, Maria Quitéria, cerram os punhos e lideram tropas no cenário que mistura campo e cidade.

O Nordeste é representado pela cor da terracota e pela emulação digital da Xilogravura, enquanto a diversidade do protagonismo de homens e mulheres, pessoas brancas, negras, indígenas, de várias classes sociais e diferentes culturas, é reforçada pela paleta colorida, nacional, e pelos elementos simbólicos decorativos.



Correios e a Independência

Em 1798, uma reforma de Correios iniciada pela Coroa portuguesa iria modificar o funcionamento da comunicação à distância, feita então por cartas, de maneira substancial. A partir de então, o direito de organizar o serviço de transporte de correspondência e de auferir lucros advindos desta atividade pertenceriam diretamente à alçada real. Antes, os Correios eram monopólio de uma família, que explorava a atividade de forma privativa, tanto em Portugal quando no ultramar, desde o século XVII. A partir deste momento, os representantes régios na América portuguesa se incumbiram por montar toda uma estrutura administrativa (até então inexistente) responsável por enviar, receber e distribuir cartas. Este sistema postal, embora não organizado de forma

centralizada e pouco coeso, se expandiu e se manteve até os primeiros anos do Brasil independente.

Os Correios instituído às vésperas da ruptura com Portugal, contudo, não eram a única forma de se enviar correspondência e encomendas. Isso porque, desde antes de 1798, existiam outros sistemas que faziam a informação à distância circular: desde navios de comércio que levavam e traziam cartas por mar, até viajantes de caminhos e tropeiros que levavam por terra notícias escritas e encomendas. Toda esta estrutura não deixou de existir no período das reformas, e os Correios então instituídos passaram a representar apenas uma dentre várias possibilidades da população alfabetizada de enviar papéis escritos. E essa variedade de meios comunicativos desempenhou um papel importante na Independência, quando então discussões políticas e múltiplos projetos de organização social circulavam em periódicos, livros e manuscritos, que poderiam passar pelo Correio, mas também por fora dele.

A própria entrega da carta que culminou no 7 de setembro é um exemplo desta multiplicidade. Paulo Emílio Bregaro foi um personagem que marcou bastante a memória projetada posteriormente da participação dos Correios na Independência. Ele foi ressaltado em outras comemorações da mesma data, a exemplo do sesquicentenário em 1972. Oficial militar, Bregaro foi aquele que levou a correspondência da Corte do Rio de Janeiro para São Paulo para notificar D. Pedro I das atualizações da situação com Portugal. Contudo, embora Bregaro fosse “correio” (ou seja, um oficial que entregava cartas, não necessariamente ligado à Administração postal), ele não fazia parte do Correio Geral Rio de Janeiro, não sendo, portanto, um empregado da instituição. Neste e em outros momentos, era comum que as forças armadas transportassem a comunicação à distância, em paralelo aos serviços do Correio Geral. A construção da memória em torno de Bregaro, já nas comemorações do século XX, demonstram o esforço de inserir os Correios na história oficial de Estado sobre a Independência, voltada para o núcleo de elite que articulou este movimento político. Pouco nos revela, portanto, sobre a estrutura de correios da época atuante de fato, como ela estava instituída, e qual seu papel neste momento.

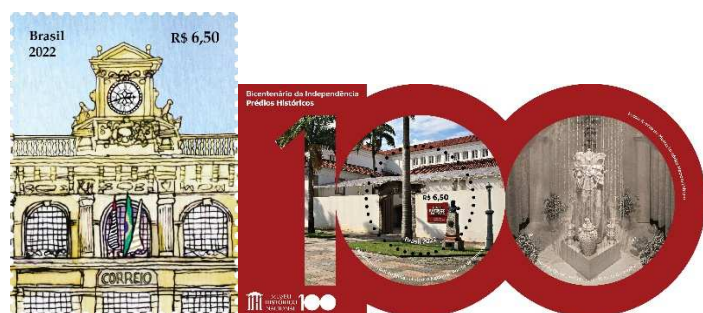
Neste ano do bicentenário da Independência, o mote de algumas emissões postais sobre este motivo se voltaram para um entendimento mais amplo do movimento emancipatório, procurando, sempre que possível, trazer à luz artes imaginadas a partir de informações acerca de outras participações do contexto político da época, para além da elite. Tendo isso em vista, o selo a respeito da participação dos Correios na Independência ressalta a estrutura da entrega das cartas na primeira metade do século XIX, a partir da perspectiva de como a instituição Correios, formada apenas alguns anos antes, em 1798, funcionava com o trabalho de pessoas de ambientes diversos, que então integravam a sociedade da época. Esta arte, que traz elementos como a Administração postal, seu oficial responsável e os indígenas transportadores de carta, busca cumprir este papel. Cabe lembrar, contudo, que a arte feita a partir de informações históricas, nunca é (e nem pretende ser) uma releitura exata do passado, e sim uma representação acerca do significado dos eventos históricos para o momento presente. Referências historiográficas, bem como a visão e a criatividade da artista se juntam para construir uma nova memória a respeito da participação dos Correios na Independência.

Os indígenas são personagens importantes quando pensamos a América portuguesa. A história das diversas etnias que aqui viviam antes da chegada dos europeus foi marcada, após o contato, por diversos tipos de resistência e estratégias de sobrevivência. A luta pela permanência nas terras e a expulsão violenta feita pelos portugueses foi tônica comum durante todo o período colonial, e também depois dele. Outro tipo de estratégia foi também a integração de indígenas na estrutura colonial, sendo que alguns passaram a

atuar na organização administrativa que a Coroa portuguesa construiu em território americano. Esse foi o caso das comunicações, especificamente entrega de cartas e encomendas, haja vista que os indígenas sempre foram grandes conhecedores dos deste vasto território. No contexto específico dos anos posteriores a Independência, fontes relativas aos Correios apontam a atuação de indígenas contratados para levar, semanalmente ou a cada 15 dias, cartas em vilas e cidades de capitanias como Ceará ou Pernambuco. Estes empregados faziam parte da estrutura postal oficial da época e eram transportadores da comunicação escrita, papel muito similar ao desempenhado por Paulo Bregaro no contexto que levou ao 7 de setembro. Entretanto, os “índios correios” não participaram somente de uma entrega eventual de uma carta considerada importante. Eles eram os responsáveis por manter a comunicação à distância cotidianamente. Por meio dos documentos escritos da época, também podemos notar que eles peticionavam a favor de melhores salários e condições de trabalho, indicando a tensão entre este grupo social e os aparatos administrativos da América portuguesa. Devido ao fato dessa documentação ter sido escrita pela instituição postal, pouco se sabe a respeito desses indígenas, pois especificidades como a etnia de que faziam parte eram sempre deixadas de fora das anotações.

Assim, no bicentenário da Independência, os Correios buscaram ressaltar outros indivíduos participantes da história postal, que nem sempre são lembrados em selos, mas que ganham cada vez mais espaço nos estudos históricos sobre o tema e agora ganham destaque também na área filatélica.

Dra. Mayra Guapindaia
Historiadora
Museu Correios



Emissão Bicentenário da Independência - Prédios Históricos:

Palácio dos Correios - SP e Museu Histórico Nacional - RJ

A Filatelia dos Correios encerra suas comemorações do Bicentenário da Independência com a última emissão que destaca dois prédios que foram inaugurados por ocasião das festividades do Centenário da Independência em 1922: o Palácio dos Correios - SP e o Museu Histórico Nacional - RJ. Os próximos parágrafos contam suas histórias.

O PALÁCIO DOS CORREIOS DE SÃO PAULO

O Palácio dos Correios de São Paulo foi inaugurado em 1922, no contexto das comemorações do centenário da Independência do Brasil. O local escolhido para a construção foi a confluência da Praça Verdi (hoje Praça Pedro Lessa) com a Avenida São João. Essa escolha atendia a uma demanda de ocupação dos espaços urbanos na margem oeste do Rio Anhangabaú. Já na virada do século 19 para o 20, a colina entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí não mais contava com áreas de expansão e os interesses imobiliários passaram a se voltar para aquela região, até então pouco valorizada.

O modelo urbanístico proposto inspirou-se no de Paris. Assim, o escritório Ramos de Azevedo foi contratado para projetar o novo prédio, que reuniria em um só bloco os serviços de correios e de telégrafos, embora ambos fossem executados por órgãos públicos diferentes naquela época. Sob o comando dos arquitetos Domiziano Rossi e Felisberto Ranzini, projetou-se uma edificação com grande riqueza de detalhes decorativos, marcados por formas orgânicas. Conchas, palmas, pérolas, arabescos e colunas de inspiração grega compõem parte importante dos ambientes externos e internos de acesso público.

O pé-direito alto e a monumentalidade das fachadas são elementos definidores do conceito de palácio eclético. As fachadas buscam harmonia e simetria. Esse efeito é conseguido com o uso de aberturas em número ímpar, que permitem a centralização de um elemento e a distribuição equilibrada dos outros elementos à direita e à esquerda. Cada um dos quatro níveis do prédio reúne elementos decorativos diferentes, especialmente marcados nas janelas, revelando a intenção de mostrar abundância e diversidade.

A concepção arquitetônica tanto dos ambientes internos quanto dos externos busca reforçar a herança europeia do Brasil, em detrimento das manifestações recebidas de outras culturas. Trata-se de um movimento que se alinhava aos esforços do Estado Brasileiro de se ombrear com as nações de maior relevância naquele quadrante da história. Recém-nascida, a república brasileira ainda se mantinha presa aos padrões das tradições imperiais, nas referências estéticas e na condução da política internacional.

Enfim, o Palácio dos Correios, erguido entre 1920 e 1922, não contou com materiais nobres, sofisticados ou exóticos, mas com o refinamento dos profissionais da construção civil, orientados por um projeto bem elaborado. A inauguração se deu em outubro de 1920, apenas alguns dias antes do fim do mandato presidencial de Epitácio Pessoa, em 15 de novembro.

CENTRO CULTURAL CORREIOS S PAULO

Museu Histórico Nacional

O Museu Histórico Nacional foi criado em 1922, na cidade do Rio de Janeiro (quando esta ainda era a capital do Brasil), para expor a história do país que então completava cem anos. Instituição federal vinculada ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo, é considerado um dos maiores e mais antigos museus de história do Brasil. Localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, ocupa um conjunto arquitetônico que, entre o período colonial e o início da República, foi usado para atividades militares, composto pela Casa do Trem (1762) e pelo Arsenal de Guerra (1764)¹. O MHN é reconhecido como uma referência para o campo da museologia e do patrimônio no Brasil. Foi ali que, em 1932, foi criado o primeiro Curso de Museus da América Latina - atual Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). E, em 1934, concebido o primeiro departamento federal de preservação

do patrimônio, a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), extinta em 1937, com a instituição do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN.

Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2009, inscrito no livro do Tombo Histórico, o MHN conta com mais de 300 mil objetos sob a sua guarda, são coleções de tipologias diversas, como pintura, mobiliário, indumentária, armaria, documentos textuais, etc. Preserva a maior coleção de numismática da América Latina e uma das mais importantes do mundo, somando 150.286 peças, distribuídas entre moedas, medalhas, condecorações, selos, etc.

Atualmente, conta com uma área de 9 000m² aberta ao público, ocupada com salas de exposições, biblioteca, arquivos, reservas técnicas e laboratório de conservação e restauração. A história do Brasil ali representada divide-se em 6 módulos de exposição, organizados segundo os critérios temáticos e cronológicos. O Pátio Epitácio Pessoa, mais conhecido como “dos canhões”, em função a coleção ali exposta, é a parte mais antiga do circuito, remetendo à primeira década de funcionamento do MHN. “Do móvel ao automóvel: transitando pela história” é outra exposição localizada no térreo da edificação, dedicada à coleção de meios de transporte terrestres. “Oreretama”, “Portugueses no mundo”, “Construção do Estado” e “Cidadania em construção”, localizados no segundo andar, constituem uma narrativa sobre a história do Brasil, desde os povos originários até o período republicano atual.

MUSEU HISTORICO NACIONAL

1 À época da criação do MHN, o conjunto arquitetônico contava com a Fortaleza de São Tiago (1603), que desde 1939 não existe mais.

EXPOSIÇÃO MATÉRIAS

TWITTER - @correiosBR - 15 de ago de 2022

A exposição “Bicentenário da Independência em Selos”, instalada no Palácio do Planalto, mostra, por meio da Filatelia, os principais fatos, personalidades e eventos que contribuíram para a emancipação do país.



Exposição traz a história do Bicentenário da Independência em selos postais

Como parte das comemorações dos 200 anos da Independência do país, foi realizada, nesta segunda-feira (15), a abertura da exposição “Bicentenário da Independência em Selos”, em Brasília/DF, com as presenças do presidente da República, Jair Bolsonaro, e do presidente dos Correios, Floriano Peixoto.

A mostra conta com 6 painéis que ilustram diferentes peças filatélicas lançadas ao longo desses 200 anos, inspiradas na data nacional.

Em 359 anos de ofícios prestados à nação, os serviços postais brasileiros tiveram um papel fundamental para o desfecho que culminou na emancipação do país. Foi pelas mãos do mensageiro Paulo Bregaro - considerado o primeiro carteiro do Brasil -, que, em 7 de setembro de 1822, D. Pedro I recebeu a

correspondência redigida pela Imperatriz Leopoldina, ato que resultou na declaração da Independência. Desde então, os Correios registram, por meio da filatelia, esse capítulo célebre da história.

Nos painéis da exposição, é possível reconhecer, nas estampas emitidas, fatos, personalidades e eventos que contam o legado da Independência. As peças especiais estampam diferentes manifestações artísticas que mostram um olhar plural ao significado do marco nacional. Alguns selos trazem diversas expressões visuais da época da América portuguesa, sendo possível perceber as ações e os projetos políticos daquele contexto histórico.

No acervo, destaca-se o lançamento de 1900, o 1º selo comemorativo emitido no país, durante as comemorações do 4º centenário do Descobrimento do Brasil. Em 1972, a icônica pintura “Independência ou Morte”, do artista brasileiro Pedro Américo, também foi reproduzida em um selo.

Outras coleções filatélicas também podem ser conferidas na exposição, como as emissões “Brasil, 200 anos de Independência”, série realizada em parceria com a Câmara dos Deputados e que, desde 2017, faz o resgate dos acontecimentos que marcaram essa passagem da história brasileira. É possível conhecer também o selo “Bicentenário da Independência do Brasil - Marca Oficial do Bicentenário”, peça desenvolvida pelo Governo Federal. A emissão em verde e amarelo - em referência às cores da bandeira nacional -, destaca o detalhe da espada que D. Pedro I teria erguido às margens do Rio Ipiranga, em 7 de setembro de 1822.

Ainda para este ano, os Correios programam outros eventos e lançamentos comemorativos alusivos ao Bicentenário, para retratar personagens, prédios históricos e a inserção dos serviços postais nesses 200 anos de Independência.

No Museu Correios, em Brasília/DF, por exemplo, há uma exposição especial que reúne peças da época do Império, como uma Caixa de Coleta - Com Coroa Imperial e iniciais de D. Pedro II; o Códice Bahia, um manuscrito encadernado contendo o juramento dos Correios, a Constituição Brasileira de 1824; a placa de selo “Olho de Boi de 10 Réis (não emitido)” - Comemorativa ao Centenário da Independência do Brasil em 1922; e uma mala postal do Correio Urbano, do século 19.

Mais informações também podem ser acessadas no [Blog da Filatelia](#) e na [página dos Correios](#). Para adquirir selos, cartões postais e outros produtos filatélicos, basta acessar a [loja virtual](#) ou se dirigir às principais agências dos Correios.

Exposição Bicentenário da Independência em Selos

De 15 de agosto até 15 de novembro de 2022

Local: térreo do Palácio do Planalto

Horário: 9h às 17h

8 de ago de 2022

A exposição Bicentenário da Independência, em cartaz no Museu Correios, em Brasília/DF, é um passeio pela história do país. As peças de época mostram como os Correios foram atuantes nesses 200 anos.



SALA DE IMPRENSA CORREIOS

Exposição na UPU - A série sobre o Bicentenário da Independência do Brasil foi destaque no Congresso da UPU em Berna, na Suíça.



29/11/2022

Exposição do Bicentenário na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

Incentivadores da inovação e do desenvolvimento nacional, os Correios, mais uma vez, marcam presença na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que este ano está na 19ª edição. Mais de 90 mil pessoas estiveram no evento, que aconteceu de 29 de novembro a 04 de dezembro de 2022, em Brasília/DF, foi conduzida pelo ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), Paulo Cesar

Rezende de Carvalho Alvim, e contou com as presenças de várias autoridades, entre elas o presidente dos Correios, Floriano Peixoto.

Patrocinadores da SNCT, os Correios montaram um estande com várias atrações e inovações. A grandiosidade da logística executada pela empresa em todo o país pode ser explorada pelos visitantes no Túnel Tecnológico, que mostra de forma interativa o fluxo postal. Ao fim do passeio, o público é convidado a utilizar um *locker*, armário inteligente, mais uma opção para recebimento de encomendas oferecida pelos Correios.

No espaço, os visitantes também conhecem as inovações que estão sendo realizadas na frota da empresa. Um furgão desenvolvido exclusivamente para os Correios - com compartimento de carga otimizada e prateleira removível -, e um exemplar da bicicleta elétrica E-bike 01 estão em exposição. Crianças e também adultos têm a oportunidade de participar de uma oficina filatélica que destaca as emissões especiais lançadas este ano com o tema do Bicentenário da Independência.